

Lula inclui isenção de IR em pacote de ajuste, e dólar tem máxima histórica

SURPRESA NO PACOTE

Governo inclui isenção de IR até R\$ 5 mil. Quem ganha acima de R\$ 50 mil pagaria mais

SÉRGIO ROXO, THAÍS BARCELLOS, GERALDA DOCA, BERNARDO LIMA, VICTÓRIA ABEL, KAROLINI RANDEIRA E MANOEL VENTURA

Após um mês de intensas discussões dentro do governo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, convocou ontem rede nacional de rádio e televisão e anunciou as medidas de cortes de gastos em um pronunciamento de sete minutos. Sem dar detalhes em muitas ações, ele afirmou que o pacote consolida o compromisso da gestão da presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a "sustentabilidade fiscal do país" e que o objetivo é economizar R\$ 70 bilhões até 2026, quando termina a atual gestão.

Por decisão de Lula, porém, o governo incluiu no pacote a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por ano, como antecipou O GLOBO, e aumento de tributos para quem ganha acima de R\$ 50 mil mensais. A surpresa com a medida azedou o humor do mercado, e o dólar fechou na maior cotação nominal desde o Plano Real (leia mais na página 19).

Nas primeiras análises após o anúncio do pacote, economistas avaliaram que o impacto nas contas do governo poderá ficar aquém do necessário para um ajuste de longo prazo. Além disso, causou preocupação o fato de que foram incluídas mudanças no Imposto de Renda.

Haddad disse que haverá alterações nas regras de reajuste do salário mínimo, no abono salarial, na aposentadoria dos militares, além de um pente-fino em programas sociais.

RELUTÂNCIA DE HADDAD

O aumento da faixa de isenção do IR foi uma contrapartida a propostas com potencial de desagradar a base petista.

O ministro enfatizou que não haverá impacto fiscal com a iniciativa.

A iniciativa, porém, não está prevista na proposta de Orçamento de 2025, envi-



Em sete minutos na TV, Haddad apresenta linhas gerais do pacote de cortes de gastos. Mas surpresa com IR levou dólar ao patamar de R\$ 5,91 ontem

da pela Fazenda ao Congresso em agosto. Em setembro, Haddad disse que havia apresentado a Lula estudos sobre os impactos da implantação da medida.

Técnicos da Fazenda resistiram a esse anúncio porque temiam que o corte de gastos poderia ter seu impacto neutralizado caso fosse feito junto com medidas que reduzissem receitas. Haddad vinha dizendo que o pacote seria focado no lado das despesas. O impacto previsto é na casa de R\$ 35 bilhões por ano. O modelo prevê que apenas quem recebe efetivamente até R\$ 5 mil terá o desconto, sem haver transbordamento para outras faixas do IR.

O ministro queria deixar o anúncio dessa medida apenas para 2025 e chegou a dizer isso em reuniões. Num encontro na segunda-feira — do qual participou o futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galipolo —, porém, Lula bateu o martelo e incluiu o anúncio do IR. Nessa mesma reunião, decidiu-se que Haddad faria um

pronunciamento na TV para falar das medidas.

Venceu a perspectiva política de que todos seriam atingidos — por isso, haverá medidas para militares e sobre supervalários de funcionários públicos. Naquele momento, a Fazenda já sabia que as medidas teriam impacto negativo no mercado.

ALÍQUOTA DE 10%

Para um técnico da Fazenda, grande parte da reação do mercado se deveu a um "mau entendimento" sobre a medida, como se os cortes de gastos fossem feitos para compensar o IR, quando o aumento do imposto terá esse objetivo.

— A nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Quem tem renda superior a R\$ 50 mil por mês pagará um pouco mais. Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados — disse Haddad.

Como forma de compensar a isenção do Imposto de

Renda para rendimentos de até R\$ 5 mil por mês, o governo Lula irá propor ao Congresso uma alíquota efetiva de 10% para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês.

Hoje, apesar de a alíquota de IR para essa faixa ser de 27,5%, muitos contribuintes conseguem pagar menos imposto recebendo a maior parte de sua renda por outras fontes menos tributadas, como dividendos.

O governo pretende a partir de agora somar todas as fontes de renda dos contribuintes, desde as tributadas na fonte até as isentas, e calcular quem está pagando menos de 10% sobre o total. Esses então seriam obrigados a pagar o novo imposto na declaração de ajuste anual do IRPF para neutralizar a diferença. Por exemplo, se uma pessoa paga 5% de IR sobre sua renda total, precisará pagar mais 5 pontos percentuais para chegar aos 10%.

Haddad disse a deputados



“A nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Porque quem tem renda superior a R\$ 50 mil por mês pagará um pouco mais. Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

que o projeto que tratará do assunto irá prever algum fator de redução para renda anual de R\$ 600 mil a R\$ 1,2 milhão — mas isso não foi detalhado.

A isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês será limitada a quem efetivamente ganha até esse valor por mês, mas haverá uma rampa para beneficiar, em menor grau, aqueles que recebem até R\$ 7,5 mil. Acima desse valor, seguem as regras atuais.

O chefe da área econômica iniciou o pronunciamento listando iniciativas implantadas pelo governo Lula desde a posse em 2023, como a retomada do Minha Casa, Minha Vida e o lançamento do Pé-de-Meia, que paga bolsas a alunos do ensino médio. Destacou o crescimento do PIB superior a 3% e a redução do desemprego. Afirmou também que o combate a privilégios e sonegação permitiu melhoras das contas públicas.

— Mas sabemos que persistem grandes desafios. Diante do cenário externo, com conflitos armados e guerras comerciais, precisamos cuidar ainda mais da nossa casa. É por isso que estamos adotando as medidas necessárias para proteger a nossa economia — disse.

IMPACTO DO SALÁRIO MÍNIMO

Ao tratar da trava que vai limitar a alta real do mínimo, medida vista com maior potencial de desgaste popular, Haddad disse que os ganhos acima da inflação vão permanecer e lembrou que na gestão de Jair Bolsonaro esse “direito” não existia. Sobre o pente-fino nos programas sociais, foi sucinto:

— Para garantir que as políticas públicas cheguem a quem realmente necessita, vamos aperfeiçoar os mecanismos de controle que foram desmontados no período anterior. Fraudes e distorções atrasam o atendimento a quem mais precisa.

(Colaboraram Lauriberto Pompeo e Vinicius Neder)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ**Seção:** Economia **Página:** 17